

O fanatismo atravessava a escala do assombro. O instinto procaz dos inquisidores também assassinava os mortos, que nem assim logravam escapar de tão aduncas garras. Os chamados delitos de heresia nunca prescreviam e, se fossem reconhecidos a posteriori, faziam exumar os cadáveres pútridos e os esqueletos, para serem levados ao auto-de-fé. A conclusão do notabilizado historiador Augusto Carlos Teixeira de Aragão é uma sublimidade para o entendimento da linfa desumana: «A Inquisição foi um verdadeiro açougue de carne humana, onde a intolerância e a vil sordidez, encobertas pela mais refinada hipocrisia, feição característica do execrando tribunal, excedia tudo quanto tem havido de mais bárbaro.» A pena post mortem ditada a 4 de Dezembro de 1580 continha a proporcionalidade do desvairo do Santo Ofício. Para o inquisidor--mor Aleixo Dias Falcão, talvez tivesse sido um pouco embaraçoso proceder à condenação por ter exarado a aprovação dos Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia, editado, aqui, em Goa, em 1563, três anos após a instalação da Inquisição na Índia portuguesa. Mas este representante máximo da alçada oficial inquisidora abandonara o serviço em 1572 e fora substituído por frei Bartolomeu da Fonseca, inquisidor-geral. As informações que chegavam de Lisboa na altura de Aleixo Dias Falcão, apesar de serem verídicas – Garcia Abraham Orta e a família eram judeus –, não tocaram, sequer, com a ponta de uma falange no doutor que usufruía de crescida notoriedade pelo exercício da profissão e pela publicação da obra. Tão infindo devia de ser o seu prestígio que, até, serviu de testemunha de defesa de alguns acusados de Judaísmo (Depoimento de 28 de Fevereiro de 1558, sobre Diogo Soares) e a sua aparência de cristão terá sido tão convincente que, quando a sua mãe faleceu, em 1557, conseguiu que fosse sepultada na Sé de Goa. Em Lisboa, em 1561, havia sido preso Francisco de Orta, sobrinho de Garcia de Orta, filho do seu meio-irmão que nos depoimentos proclamados, sob tortura, no auto-de-fé que se fez em Évora a 12 de Setembro de 1563 (processo n.º 5217-Évora), deixara cair o pormenor suficiente para que estalasse a caça ferina: confessou que tinha um tio que andava na Índia e se chamava Garcia de Orta. Bartolomeu da Fonseca, que ancorara em Goa em Outubro de 1572, na posse dos elementos que possuía, mandou prender, a 28 de Outubro de 1568, a irmã de Garcia de Orta, Catarina, que aterrorizada, como qualquer prisioneiro da instituição eclesiástica, entregou à Inquisição toda a gente, o que não impediu de a condenarem ao fogo, em auto-de-fé, no ano seguinte ao da sua prisão, em 1569. Pelo processo (n.os 1282/3-Lisboa), tomamos nota que Garcia de Orta falecera meses antes, devendo ter tido funeral católico, embora com alguns elementos do ritual judaico. Enterrado desde 1568 é, então, declarado judeu praticante. A sentença lavrada não quis saber do descanso das almas e de corpos a sete palmos abaixo da terra: «Garcia dorta [sic] doutor cristão-novo português defunto morador que foi nesta cidade (Goa) por judeu entregue seus ossos à justiça secular. Relaxado.» É com minúcia que o investigador e Doutor em História Contemporânea Jorge Martins descreve o acórdão mais grave decretado pelo Santo Ofício – «Relaxados»: castigava os réus a expirar nas fogueiras, abrasadas em locais públicos ventosos, amarrados a um esteio comprido, para que fossem paulatinamente absorvidos pelas labaredas. Aos julgados ao forno ateados pela fúria, perguntava-se-lhes se preferiam morrer na fé judaica (ou outra não cristã) ou se pretendiam converter-se. Os que escolhiam a conversão, primeiro eram garrotados (enforcados) e a seguir calcinados. Os que não conseguiam abandonar, mesmo nesse aterrador instante em que sabiam que iam morrer, morriam queimados vivos, sofrendo durante horas, pois as chamas não atingiam imediatamente os órgãos vitais. Insaciável e dona de um céu negro podre, a Inquisição cumpre os macabros rituais. As ossadas de Garcia de Orta, saídas da Capela de Santa Catarina de Goa, não constituíram a

excepção à regra tarada e foram incendiadas. As cinzas lançadas ao rio Mandovi. Os exemplares do seu livro também arderam. Nos anos subsecutivos, a Inquisição de Goa irradiou uma ordem para as livrarias serem vistoriadas e as obras de autores «traidores» ou que incluíam «matéria suspeita» e constavam no Index Librorum Prohibitorum, fossem carbonizadas da lombada à última página, pelo que a obra de Garcia de Orta terá arrecadado fadário semelhante. No Colóquio 2, o próprio previu a corrosão do fogo que iria putreficar a sua obra: «Ainda me nam satisfizestes ao que vos dixes, e he que se este livrinho quizerem alguns imprimir, ou por zombar de mim, ou por descobrir meus erros e minhas mal compostas razões, e lendoo alguma pessoa e nam achando no princípio cousa de que goste, sem mais esperar razão, dará este livro ao quarto elemento.»

A vida dos cristãos-novos estava macabramente associada ao lumaréu da morte. Foi essa associação depravada que obrigara o pai de Garcia de Orta, Fernão Isaac de Orta, espanhol e natural de Valência de Alcântara a refugiar-se em Portugal na altura da expulsão dos judeus em sequência do Édito dos Reis Católicos, de 31 de Março de 1482. O mercador tinha tido um filho de uma castelhana de nome Brites Nunes, chamado Jorge de Orta, que se estabeleceria em Elvas com a mãe. Fernão de Orta casou, depois, com Leonor Gomes, nativa da província de Badajoz (Albuquerque), com quem teve quatro filhos: Violante, Catarina, Isabel e Garcia de Orta, primogénito, nascido numa das primeiras casas da judiaria de Castelo de Vide, em data ainda por decifrar, mas garantidamente no início do século XVI (o nascimento deve ser fixado nos primeiros anos do século, já que a sua irmã Catarina declarou no auto-de-fé ter nascido em 1511 ou 1513). Admite-se que os primeiros estudos tenham sido efectuados na vila que o viu nascer, ou quiçá, em Vila Viçosa e aí brotado a amizade com Martim Afonso de Sousa, fidalgo de fin-flor, nativo da vila. Em Espanha estudou nas Universidades de Salamanca e Alcalá de Henares que, tal como na restante Europa da época, fixavam-se nos soberanos da Antiguidade, pelo que a sua formação académica se fundamentava na jurisdição dos textos destes pensadores. Em Salamanca, o ensino baseava-se nos compêndios árabes, nomeadamente em Avicena, enquanto em Alcalá se seguiam, sobretudo, por Hipócrates e Galeno, em conformidade com o movimento helenista italiano, e onde acabava de ser iniciada a primeira cadeira de Botânica, pioneira na Península Ibérica. Após obter a licenciatura em Artes, Filosofia e Medicina, no ano que se crê ser 1523, retorna a Portugal e recebe a autorização para exercer Medicina. Nesta fase da sua vida coabita com importantes figuras. Além de estar rodeado de letrados, como o matemático Pedro Nunes, também cristão-novo, Garcia de Orta era ele próprio um erudito. Dominava o latim – fora seu mestre António Nebrija, o maior latinista do século XVI –, o grego, o hebraico, o árabe, o espanhol, o italiano, provavelmente o francês, além de vir a entender alguns dos dialectos da Índia. Assume, em 1530, a cadeira de Filosofia Natural na Universidade de Coimbra e exerce a função de professor de Filosofia Moral entre 1531 a 1534. O ímpeto pela análise das cousas do mundo transforma-o num docente apreciado, respeitado e estimado. Ensina aos seus discípulos a relevância e o valor da observação, o peso dos sentidos que contemplam o bisonho e o invulgar e, aliado ao pensamento, ocupa-se em averiguar e clarear realidades que, até então, eram encaradas de forma menos inclusiva e fidedigna. A elevação a deputado do Conselho Universitário, a 12 de Março de 1534, não obstante lhe propiciar honra, não o satisfaz. O percurso académico construído não lhe mimoseia maiores desafios. Garcia de Orta sofria de ansiedade crónica científica. A ideia de que existia um mundo inteiro por destapar e descobrir, além dos relatos que escutara de viajantes sobre lugares, plantas e gentes tão dissemelhantes do remanescente que sabia, fê-lo pensar que o universo dos Antigos é reduzido e estreito. A adicionar à ânsia sobrava tal-qual-mente um problema de estirpe aguda: o rei D. Manuel I havia prometido, quando da conversão densa e forçada dos Judeus ao Cristianismo, em 1497, que

durante cinquenta anos os cristãos-novos não seriam importunados em questões religiosas. Promessa traidora e falsa. Já em 1506 os Judeus sofrem perseguições do baixo-clero lisboeta. Há pressões para que ficasse instituído o Santo Ofício em Portugal. A bula «Cum ad nihil magis», de 17 de Dezembro de 1531, na qual foi nomeado o inquisidor-geral dos reinos de Portugal frei Diogo da Silva, religioso da Ordem de São Francisco de Paula, saiu logo em defesa do estabelecimento do tribunal eclesiástico e, para afincar a sua importância, ainda lembrou: «alguns convertidos da infidelidade hebraica à fé cristã, chamados de cristãos-novos, voltando ao rito judaico que haviam abandonado, e outros que nunca professaram a seita hebraica, mas nasceram de pais cristãos, observando aqueles ritos judaicos, bem como outros seguindo a Luterana e outras heresias e erros condenados e feitiçarias». Muito embora a bula de Clemente VII fosse anulada no ano subsequente e, em 1533, concedesse a embrionária bula de perdão aos cristãos-novos portugueses, D. João III renovou o pedido e encontraria tímpanos favoráveis no novo papa, Paulo III, que a adjudicou. A 23 de Maio de 1536, por outro documento pontifício em tudo igual ao anterior, a Inquisição nascia de parto natural em Portugal, tendo Évora como primordial sede onde, no imediato 22 de Outubro, «Cum ad nihil magis» acabaria por ser publicada com toda a população convidada a denunciar os casos de blasfémia de que tivesse conhecimento. Garcia de Orta encontra-se neste hiato de tempo duplo. Augusto Silva Carvalho, em boa hora, consentiu-nos reescrever a história do médico, com a sua monografia «Garcia d’Orta: comemoração do quarto centenário da sua partida para a Índia em 12 de Março de 1534», publicada em 1934, na Revista da Universidade de Coimbra, mostrando-se convicto de que Garcia de Orta advinha de parentela espanhola e que a sua família era de judeus foragidos para Portugal na enorme migração de 1482. Pesquisara, ineditamente, nos processos da Inquisição de Goa, cujas cópias haviam sido transferidas para Lisboa, e descobriu o processo de Catarina de Orta – que é a prova da origem judaica de Garcia de Orta. A motivação da sua partida e a extensa permanência na Índia (1534-1568) tem sido identificada como fuga à Inquisição e à sua recíproca senha perseguidora. Os motivos que levariam Garcia de Orta a ficar na Índia, sem nunca mais de lá regressar, teriam sido, como certifica Silva Carvalho, não «os fumos da Índia» mas o fumo das fogueiras da Inquisição que não tardariam a disseminar-se em Portugal. Assim, Garcia de Orta, que, junto com sua família, só aderira formalmente à religião católica e seguia às escondidas a de seus ancestrais, dispunha de severas desculpas para se sentir intimidado. Contudo, uma bem-aventurada oportunidade aclara a escuridão, no momento em que o amigo Martim Afonso de Sousa retorna a Portugal vindo do Brasil, depois de ali ter fundado a Vila de São Vicente e começado o plantio da cana-de-açúcar. A Índia ainda consistia no forte objectivo da expansão portuguesa e é para esse esplendor da Ásia Meridional que vai logo que Martim Afonso de Sousa é nomeado capitão-mor do mar da Índia. A armada composta por cinco naus partiu para o Oriente no dia 12 de Março de 1534 e chegaria a Goa em Setembro desse ano. A decisão de partir combinava com o estar mais protegido na Índia e o seu descomunal apetite de conhecer. Quer saber tudo sobre as drogas medicinais, sobre as não medicinais, sobre os frutos todos, sobre a pimenta, sobre todas as especiarias, sobre os costumes e gentes da Índia e estenderá ainda a sua voracidade de conhecimento aos elefantes, aos camelos e rinocerontes, bem como às joias e pedras preciosas.

Imediatamente no mês seguinte de a armada ter aferrado sem percalços, Garcia de Orta cruza a costa de Cambaia, visita o Templo de Elefanta, testemunha a assinatura do tratado de aliança que Martim Afonso de Sousa erige com o sultão Badur, pelo qual é concedida Baçaim. Está, em 1535, em Diu, onde os portugueses não tinham ainda erguido a imponente fortaleza que iria garantir a Portugal o controlo absoluto da rota marítima das especiarias e das sedas. Cruza a península do Guzarate numa expedição militar capitaneada por Martim Afonso de Sousa, contra

os Mongóis. Em 1537 encontramos Garcia de Orta na tomada de Repelim. Pouco depois daquela vitória, vai a Cochim, desembarca em Colombo, e continua para Cota no interior da ilha. No ano seguinte, a 15 de Fevereiro, dá-se a batalha de Beadala, de que Garcia de Orta fala na sua obra, e que provavelmente presenciou. O porto de Beadala, marcado hoje nas cartas inglesas Vedaulay, situava-se na solha de terreno que se estende da costa da Índia e limita pelo norte o golfo de Manaar. Dali, com o séquito de Martim Afonso de Sousa, atravessa o Ceilão. Ao longo dos quatro anos em que seguiu o capitão-mor, um guerreiro que nada conseguia impressionar, em todas as suas campanhas militares, Garcia de Orta assistiu a tratamentos realizados por doutores árabes e durante as deslocações nunca perdeu a oportunidade de ir a terra sem- pre que atracavam. O móbil, pois, esteve incessantemente amarrado aos mesmos princípios: aprender e constatar; plantas, doenças, raças, costumes, idiomas. O ter viajado pelo interior das possessões portuguesas na Índia ajudá-lo-á no rasgo pensativo. Tudo queria entender e a tudo examinava atentamente. Na sua «Advertência preliminar» à edição, de 1886, dos Colóquios, escreve o conde de Ficalho que, nas vagarosas conversas de Ruano e Orta, fala-se de plantas e de Medicina, dos reis da Índia e do jogo de xadrez, da localização geográfica da Babilónia e de etimologia do nome das Maldivas. Martim Afonso de Sousa regres- sou, por questões políticas, ao reino nos finais de 1538, mas Garcia de Orta não o acompanhou. Sobejavam-lhe razões para não ir para Lisboa. A Inquisição estava acesa desde 23 de Maio de 1536 e a mão do primeiro inquisidor-mor, Diogo da Silva, dará início, a partir de 5 Outubro, a um dos períodos mais encardidos da História de Portugal. Martim Afonso de Sousa voltaria à Índia, em 1542, como vice-rei das Índias e, mal ali chegou, nomeou Garcia de Orta físico-mor. Grato pelo reconhe- cimento, mais adiante, este dedicará o seu livro ao amigo, apelidando-o de protector, referenciando o quanto o ajudou, e até favoreceu. Não podemos deduzir que o casamento que contrairá em 1541 ou 1542, com Brianda Solis, sua prima, descendente de uma família abastada com raízes portuguesas e espanholas, que se deslocara a Goa e seria a mulher que lhe haveria de dar duas filhas, não terá sido bem-afortunado pelo facto de nunca mencionar a sua família nos Colóquios, ao contrário do que sucede com os seus amigos. Devemos não deixar em branco que a hipótese deste silêncio pode supostamente coincidir com a sua vontade de encobrir a ascendência cristã-nova da linhagem Solis.

Garcia de Orta permaneceu 34 anos nesta urbe colorida sem ter sido incomodado directamente pela negra vara da Inquisição. Comprou casa e exerceu a sua profissão não apenas junto de personalidades relevantes, mas também de todas as pessoas que dele precisassem. Foi médico do Hospital Real em Goa, que ganhara a fama de ser “o melhor hospital do mundo” não pela particularidade à parte da Ciência Médica; servia refeições em travessas de prata e porcelana da China e a abundância era tamanha que os visitantes queriam ficar a comer com os doentes, mas porque obtivera uma erudição sublime através da leitura de livros vindos pelas naus, pela prática diária de clínica, o diálogo com os seus doentes de todos os estratos sociais e diversas etnias e culturas. Diz-se que no hospital e na prisão fez alguns amigos. Diz-se também que mantinha conexões conciliáveis com franciscanos, dominicanos e jesuítas, que ia à missa todos os dias e que participava nas respectivas cerimónias académicas. Este era, e ainda é, o procedimento normal dos que, coagidos a sonegar a sua religião, tentam despistar suspeitas. Instituiu amizade com o rei de um estado indiano cúmplice de Portugal, Buhran Nizam Shah, chamado pelos portugueses de Nizamaluco, um muçulmano de admirável tolerância religiosa e de uma cultura admirável que se acercava de homens de ciências e letras de todos os credos e raças. Garcia de Orta esteve várias vezes nesta corte e pôde conviver com médicos árabes e indianos, com os quais tanto aprendeu e arrancou dúvidas e, para sua admiração, verificou que tinham conhecimento dos textos antigos, tanto dos árabes como dos da Antiguidade Clássica.

Na sua habitação possuía uma biblioteca com os livros que levara de Portugal e os que lhe chegavam enviados do reino, a maior parte resumia-se a tratados de Medicina e de História Natural de recente publicação. Nessa sua casa criou um pequeno museu com amostras que arranjou das diversas drogas medicinais que ia conhecendo. No quintal fazia sementeiras e plantações do que lhe parecia interessante, como fartos jameiros e outras fruteiras. Adorava palmilhar o bazar dos fármacos por se deparar com incontáveis estabelecimentos de esculápios, aí inquiria sobre os artigos utilizados medicinalmente, indagava pelas respectivas propriedades e de como as aplicavam. Garcia da Orta, um ser açorado pelo saber, passa a plantar e comercializar especiarias. Simultaneamente colecta as informações que lhe chegam de várias fontes. Estuda a terminologia local das doenças e dos remédios. Compara com o que já aprendera e trata de encontrar possíveis correlações. Onde não as há, não teme em apontar o novo, não como elemento que vem destruir ou manipular, mas que surge positivamente para perturbar e aumentar a nossa agnição sobre o mundo. Em Goa, a sede do governo português na Índia e ainda livre do lume inquisitorial, a efervescência do local é difícil de descrever. Miríades de povos, línguas, religiões e culturas. A actividade comercial em torno das especiarias instigava a riqueza e a opulência de muitos. Garcia de Orta conhece os «hakuma»; destes médicos árabes só estava a par dos seus escritos. Também encontra o trabalho dos médicos hindus (Vydiás) cuja feitura desconhecia por completo. Relativamente a doenças, algumas reconheceu-as como presentes também em Portugal, outras assemelhavam-se às conhecidas, mas com ligeiras variações, e havia muitas das quais nunca tinha visto ou ouvido falar. Mas há algo que o atrai mais do que cuidar dos doentes. A grande variedade das plantas medicinais e das comestíveis, de resinas, das secreções animais e dos minérios. Uma inteira e nova matéria médica que, à data, os europeus ignoravam.

A ruptura com a Europa e a fusão com a Índia influenciaram o desenvolvimento cultural e científico de Garcia de Orta. No plano académico deixou de haver uma acção directa e ininterrupta das Escolas. Com espírito objectivo, entregou-se à resolução de situações claras – a sabedoria das coisas da natureza e as suas aplicações práticas. Caracterizado por uma autonomia da ciência instalada, sem, contudo, a desvalorizar e envergonhar, considerando-a com salubre modo. As suas opiniões sobre as informações de simples e drogas, certamente, foram mais benéficas aos árabes do que aos gregos antigos, porque aqueles dominavam penetrantemente os exemplares estudados. A inclusão de Garcia de Orta na vida indiana, os seus deslocamentos por vastos territórios, os contactos que teve com todas as classes – líderes, profissionais, plebeus e de triviais relações –, a estrutura da sua consciência científica – livraria, colecções, escritório, alojamentos de culturas, expedições científicas e visitas profissionais – legaram-lhe um inigualável conhecimento. As finalidades do seu pensamento comportam a percepção exacta de produtos naturais, do seu emprego realista, da exegética das suas qualidades e da sua acepção. Com estes fins aglomera mercadorias de auscultação e empíricas aproveitando-as para as suas conceptualizações e busca dos fundamentos contíguos. Nesta actuação determina com maior rigor os alicerces para afectar o conhecimento e, após os dominar, propõe explanar e decifrar de feição racional a amontoação dos conhecimentos conquistados sem resistência da utilização de métodos indutivos ou dedutivos. A obra de Garcia de Orta, que ocupa a linha de topo nos trabalhos do Renascimento sobre natureza médica, pelo aditamento grandemente fértil e abondado de novas essências e matérias, essencialmente vindas do Oriente, e pela precisão crítica inovadora, ostenta características magníficas. A começar pelo encanto literário com o saboroso e imenso título: Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia, e assi dalgu(m)as frutas achadas nella, onde se tratam algu(m)as cousas tocantes amediçina prática, e outras cousas boas pera saber. Por drogas ficam

subentendidos os medicamentos em geral, simples sendo aquelas drogas que são produtos vegetais ou animais, produtos imediatos (ou partes desses vegetais ou animais). Os Colóquios sintetizam não só a Ciência que se busca a si própria, mas também a configuração literária que se procura a si mesma. Garcia de Orta, não dispondo de uma terminologia e de uma sistemática que lhe permitissem ser sintético nas suas descrições, aduz uma locução em movimento. A apresentação do objecto médico é feita com a matriz de intenso cuidado em justificar todo o conhecimento num sustentáculo de observância e experimentação, usando uma peremptória posição de severidade de culto da verdade. Podemos verificar, em algumas passagens dos Colóquios, essa sua incansável exigência: «Eu não tenho ódio senão aos erros, nem tenho amor senão à verdade.» «Folguei de ouvir minhas verdades ditas sem retóricas, porque a verdade se pinta nua.» «A verdade tem pés e anda e nunca morre.» Garcia de Orta não só não temeu que o seu gosto pela matéria médica e pela botânica pudesse levar a que fosse confundido com um boticário, pois viu-se obrigado a dispensar a tutela do próprio fundador da **farmacognosia**, Dioscórides, ao tratar de drogas medicinais que o autor greco-romano na sua maioria desconhecia. Apesar de se auxiliar no poderio de vários autores, como Dioscórides, Plínio, Avicena, Serapião e António Musa Brasavola, Garcia de Orta não vacila em dar a preponderância ao domínio da sua própria experiência: «Não me ponhais medo com Dioscórides nem Galeno, porque não hei-de dizer senão a verdade, e o que sei», exclamou no Colóquio 9. O trabalho distingue-se por uma ciclópea exigência com os meios de indagação dos conhecimentos. Garcia de Orta circunscreve os materiais com a exposição de amostras brutas de origem e de efeitos de separação e purificação, pondera o estado e os contextos de sustentação dos produtos, testa as suas aplicações, sendo intransigente com a ficção, implacável com as lendas e incomplacente com a macumba, dá celsitude à laboração do exercício e sobressai pela unicidade dos temas abordados. Cada capítulo dos 58 Colóquios segue o similar método. Em primeiro lugar trata dos nomes que reduzem a identidade da planta, dos que lhe são dados em português, em grego, em latim, sânscrito, árabe e nos vários dialectos locais; imediatamente mostra a sua proveniência geográfica, os países onde crescia naturalmente, ou era lavrada, e a seguir os mercados a serem convergidos. Ulteriormente procede à descrição da planta, caule, folhas, frutos e flores. Por fim, trata das diligências terapêuticas e da administração. Os seus pontos de vista são contrapostos no formato de colóquios, em que as ideias convencionais aparecem apresentadas por Ruano – o Escolástico impaciente e insaciado com a sua criação intelectual, sequioso de uma mudança coerente; e em que Garcia de Orta, com a sua segura formação e um saber entesourado sobre o exame da natureza e do uso da concisão em proveito da Humanidade, aprovisiona ao nobre pupilo os entendimentos por ele carecidos. O gizamento da obra é apresentado no Colóquio 1.º: «Saber das mezinhas da Índia e de todos os outros simples que nela há.» Os intuitos são denunciados ao dizer: «Em todas as cousas vos servirei e vos direi a verdade, mas temo que as cousas que disser não sejam dignas de notas, porque a um tão grande letrado e que tanto soube no especulativo não lhe contentam senão raras cousas.» Quando Ruano, o alter-ego de Garcia de Orta, contesta: «Porque alguns físicos que de cá foram a Espanha, não me souberam dar razão a isto, nem satisfizeram meu entendimento...», Garcia de Orta retorque: ...«Prometo de vos servir e dizer o pouco que souber, e logo vos hei-de dizer as cousas que sei bem sabidas e as em que tenho dúvidas, com juramento de falar muita verdade.» No Colóquio 7, atribuindo Ruano à assa-fétida «horrendo cheiro», Orta atalha prontamente: «Não vos deixarei com estes erros ir avante, porque se quereis saber minha intenção, é necessário que deteis de vós as afeições que tendes a estes escritores novos, e folgueis de ouvir minhas verdades ditas sem cores retóricas porque a verdade se pinta nua.» Na introdução ao Colóquio 17, do Costo, após Ruano ter sugerido a influência de subjectividades, como a afeição e ódio no caminho da verdade, Orta é directo: «Eu não tenho

ódio senão aos erros; nem tenho amor senão à verdade.» O Colóquio 13, de duas maneiras e cardamomo e carandas, exemplifica bem a orientação da obra de Garcia de Orta na resolução de inúmeros e atraentes dilemas relativos ao conhecimento de Simples e Drogas, questionando e pondo em choque as informações existentes sobre as substâncias. Há estrondosa e genuína criatividade no Colóquio 16, do coco comum e do coco das Maldivas, em que Garcia de Orta afirma: «Gregos antigos dele não escreveram cousa alguma que eu visse, e os Arábios escreveram pouco.» No Colóquio 30, sobre os linaloés, cujos óleos, constituídos por terpenos, têm uma mais-valia em perfumaria, Garcia de Orta trata com profunda previsão a proveniência e localização do lenho.

Apesar de longínquo dos centros culturais do planeta manteve-se a par do progresso científico europeu, mostrando-se conhecedor das traduções e interpretações às obras de clássicos e modernos, com frequentes citações a Galeno, Plínio, Isaac Judeu, Dioscórides e Rasis. Quando a obra sai do prelo, os comentários internacionais desdobram-se em bastantes e laudatórios. As suas opiniões e elucidações assentadas no conhecimento honesto das matérias ganham a reputação de excepcional valor e de plena autoridade. Grande foi a expansão da obra nos séculos XVI e XVII e marcante e crucial a influência no estudo das ciências naturais, não só naquele período como no impulso de desenvolvimento destas matérias nas eras seguintes. Os Colóquios, que datam de 10 de Abril de 1563, escritos em português e não em latim como era habitual na literatura médica, foram impressos pelo alemão João de Endem, tipógrafo em Goa de 1561 a 1573. Mas o mestre tipógrafo não estava presente durante a edição e, ao que apurámos, o texto foi editado por um operário inexperiente, donde a explicação das gralhas e incorrecções que redundam na obra. Contudo, esta razão não absolve os abundantes espanholismos da obra e a babel de línguas patentes, em que Garcia de Orta havia sido educado na infância. A presença destes vocábulos castelhanos, de construções incorrectas de frases, tem largas possibilidades de reconhecer uma edição precipitada da obra. O conde de Ficalho mais adianta no que respeita a outras inexactidões a que atribui diferente substantivo: os Colóquios apresentam-se como obra concebida com bastante desleixo. O renomado psicanalista Pedro Formigal Luzes adverte que esta aparente precipitação é resultante das apreensões que passaram a martirizar Garcia de Orta, quando em 1560 se deu a instalação da Inquisição em Goa – três anos antes do aparecimento da primeira edição dos Colóquios. Alguns exemplares vieram indubitavelmente para Portugal, entre os quais o que caiu nas mãos de Charles de l'Écluse (Carolus Clusius), maiúsculo difusor de Garcia de Orta, por o ter sintetizado (a que chamou na obra «*Aromatum et Simplicium aliquot medicamentorum apud Indios nascentium historia*») e traduzido para latim. O sucesso dos Colóquios excedeu o esperado e Clusius contou com mais cinco edições revistas e ampliadas, ainda em vida. Além desta versão, os Colóquios circularam ainda em castelhano através do livro *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* (1578) do médico Cristóvão da Costa. Através dos 58 colóquios chega-se aqui, ao entusiasta nervo comercial de especiarias, e sabe-se dos costumes de um Povo que gostava tanto de cheiros que preferia passar fome a deixar de se perfumar. Sabe-se que era normal as mulheres adormecerem os maridos com datura (idem conhecido como lírio) para receberem os amantes, e as servas anestesiarem as patroas para lhes roubarem o ouro. Somos presenteados com um rio abundante de informações sobre o canela e haxixe, as mangas e os aloés, a pimenta, o açafraão e o cravo, entre tantas outras plantas. Sente-se tremer o chão com o peso de um exército de mil elefantes, pasma-se de terror perante uma espécie de cólera capaz de reduzir o estômago ao tamanho de uma moela de galinha ou acalma-se a imaginação com a “árvore triste” que só floresce de noite, evocação de uma jovem que se apaixonara por Surya (Sol) e por ele fora abandonada.

No idioma português, já parecia estar a ser redigida a mirífica epopeia de Luís Vaz de Camões, que escreveu a poesia introduzida nos Colóquios, a primeira do Poeta a ser estampada em livro. O então desconhecido Camões teve uma ligação de enternecida amizade e contemplação por Garcia de Orta, de quem se tornara amigo pelos anos 50 do século XVI. A comprovar o afecto encontramos na Ode VIII d'Os Lusíadas, «Aquele Único Exemplo», em que em gesto de homenagem recomenda fervorosamente os Colóquios ao vice-rei, conde do Redondo. A Garcia de Orta foi concedida, em 1548, por aforamento, a ilha de Mombaim (uma das sete ilhas sobre as quais se fundaria Bombaim) que pode ter servido de modelo idealizado para a descrição dos Canto IX e X de Os Lusíadas, «Ilha dos Amores». Na ínsula, que dispunha de uma ampla mansão favorecida por um longo corredor de muitíssimas esbeltas mulheres e intitulada por D. João de Castro «Boa Vida» pelos motivos bons e óbvios – nela alcançaram os seus soldados «grandes recreações e repouso», Garcia de Orta construiu uma casa e um jardim muito aprimorado – que é uma tentativa revolucionária da aclimação de espécies e o prenúncio de um Jardim Botânico – com arbustos e árvores que lhe mereciam a reputação interessante por serem oriundas de origens mescladas e de nunca terem sido vistas na região. Nesse generoso ano de 1548, e a pedido de Garcia de Orta, desembarcava em Goa, a 5 de Setembro, na nau S. Filipe, a sua mãe, os sobrinhos e os cunhados com as suas duas irmãs Catarina e Isabel, que haviam sido presas pelo Santo Ofício, por denúncia, em Março anterior. Negaram sempre a acusação e conseguiram ser libertadas em Outubro, ficando obrigadas a fazer penitência às Escolas Gerais. Em Goa estariam mais protegidos, mas não totalmente porque, muito embora a Inquisição não estivesse oficialmente instalada, um colega de profissão de Garcia de Orta, o bacharel em Medicina, Jerónimo Dias, acusado de Judaísmo, heresia e apostasia, foi, em 1543, assassinado, sem piedade, na fogueira. O bispo franciscano Juan Alfonso de Albuquerque, inclusive, expandiu a bula da Inquisição no dia seguinte à queima do cristão-novo, mas teria ainda de esperar uns tempos para friccionar as mãos de contentamento. No mesmo ano que o azedo da carne queimada sujava a «Roma do Oriente», Garcia de Orta participa numa autópsia, a primeira realizada, aqui, em Goa, e concretiza a cardeal descrição europeia da cólera-asiática de uma vítima da epidemia de cólera que se propagava. Os últimos anos de Garcia de Orta, reluzente anunciador da Ciência Moderna, progressista do ramo da Medicina, até então desconhecida, autor de um trabalho posicionado na vanguarda da liturgia científica, estão longe de serem fáceis. Arrosta apuros económicos, querelas familiares e a doença. Quando publicou o Colóquio dos Simples e das Drogas da Índia, uma das discussões mais disputadas residia na origem da sífilis (designada por Garcia de Orta «sarna castelhana» por se ter espalhado primeiro entre os espanhóis) e sem tomar posição, menciona a opinião dos que classificavam a enfermidade como nova e a presumiam importada da América. A sífilis que, entretanto, contraíra, e que lhe havia dado uma aparência superior à idade, não precisou de progredir muito para o fulminar. No mesmo ano em que o estágio da enfermidade infecciosa agoniza, em 1568, o cientista, que entraria para a História pela entrada principal como autor precursor da Botânica, Farmacologia, Medicina Tropical e Antropologia, perde a diamantina existência tão gloriosa. Garcia de Orta soube construir obra de diálogo entre Oriente e Ocidente, no qual se confrontam representações e práticas no plano da ciência médica e da arte de curar, mas também no domínio dos costumes e tradições locais.

Quatrocentos e cinquenta anos distanciam-se da partida de Garcia de Orta e um futuro imenso de saber segue imortal.